

O GLOBO Deputado entrega defesa ao senador José Sarney

01 JUL 1982

BRASÍLIA (O GLOBO) — O deputado Joaquim Guerra (PDS-PE) entregou ontem ao presidente do partido, senador José Sarney, a sua justificativa pelo fato de não ter votado em questão fechada a reforma constitucional do Governo, aprovada a semana passada, e à tarde deu conhecimento da sua defesa ao plenário da Câmara.

Na justificativa, Guerra invoca os testemunhos do presidente da Câmara, Nelson Marchezan, e do líder do partido, deputado Cândido Sampaio, para atestar a sua lealdade ao PDS, e para afirmar que nunca negligenciou dos seus deveres "como parlamentar e, muito menos, para com as obrigações partidárias".

— Por isso — afirma em sua justificativa — custa-me crer no noticiário segundo ao qual estou acusado de infringir a Lei da Fidelidade Partidária, por não ter participado dos debates e consequente votação daquela mensagem presidencial, porque não há qualquer manifestação minha contrária à proposta do Poder Executivo.

Joaquim Guerra reafirma na sua justificativa o que já havia dito aos jornais: que não tomou conhecimento da reunião do Diretório Nacional de Pernambuco, numa fazenda de sua propriedade no Rio Grande do Norte, de onde regressou a Recife no dia 25 (sexta-feira passada) "acompanhado de problema renal, para procurar atendimento médico".

Guerra desmente informação de Cândido Sampaio de que teria recebido chamado para apresentar-se a tempo em Brasília para votar, e diz esperar que a sua justificativa seja suficiente para a direção partidária, na esperança de não vir a ser punido pela legislação em vigor, que prevê a cassação de parlamentar que "por ação ou voto se oponha à orientação de diretrizes partidárias".

SEM PUNIÇÃO

Em Recife o presidente regional do PDS, deputado Luiz Gonzaga Vasconcelos, afirmou que o deputado Joaquim Guerra não vai ser punido pelo partido por ter faltado à sessão do dia 24.

— E preciso que haja disciplina no partido, mas entendo que o deputado Joaquim Guerra não agiu com o objetivo de não comparecer ao Congresso. Acredito que tudo foi uma questão de força maior — acrescentou o presidente do PDS em Pernambuco.

Disse ele que, geralmente, o político é por definição, um homem tolerante e manifestou-se favorável à idéia de que seu partido pode perfeitamente fechar questão, mas sem ameaças. Na sua concepção deve haver, acima de tudo, responsabilidade consciente de cada um.